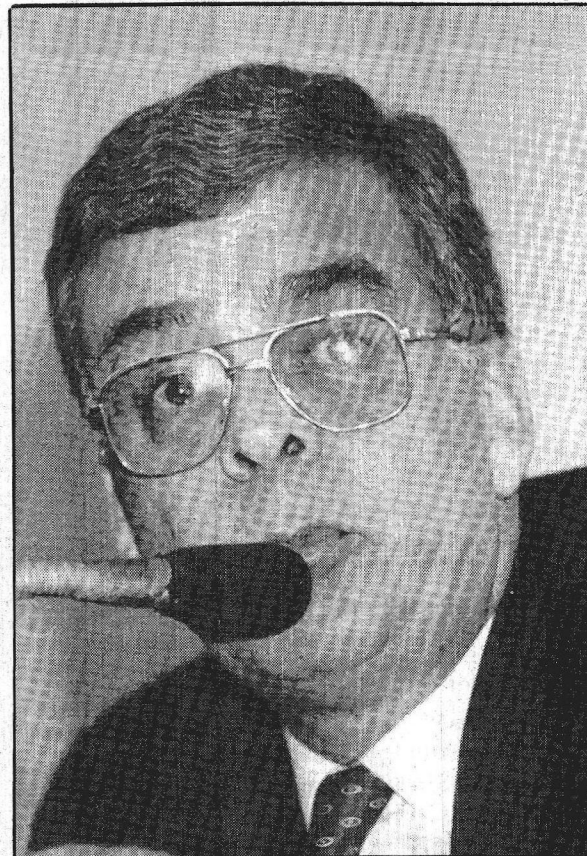


CPI Orçamento

CPI vai propor confisco de bens dos corruptos

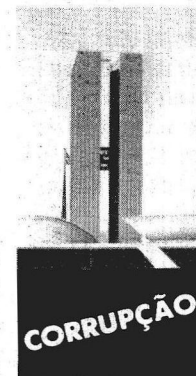


Everardo disse que Fundação Essência já está sob auditoria da Secretaria de Fazenda



Junqueira espera dados para pedir bloqueio

Geraldo Magela



O relatório final da CPI do Orçamento vai sugerir à Procuradoria Geral da República o imediato bloqueio dos bens do deputado João Alves (sem partido-BA) e do ex-diretor de Orçamento da União, José Carlos Alves dos Santos. Será pedido também o confisco dos bens de outros parlamentares e integrantes do Executivo e do Legislativo que enriqueceram ilícitamente, beneficiando-se da corrupção na Comissão de Orçamento do Congresso e da liberação de verbas orçamentárias.

O presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), disse que vai propor ao relator da comissão, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), o confisco dos bens dos corruptos. "Não é possível que uma pessoa amealhe US\$ 57 milhões (caso do deputado João Alves) de forma irregular e só receba como punição a cassação do mandato e a ação penal", disse Passarinho. O senador José Paulo Bisol (PSB-RS), jurista, já havia alertado Passarinho para a necessidade do confisco dos bens dos que utilizaram o Orçamento Geral da União para enriquecer.

A "Lei do Colarinho Branco" permite o bloqueio dos bens dos suspeitos antes mesmo do julgamento da ação final. A sentença pode ser proferida pela Justiça Federal de primeira instância, sem passar pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que julga deputados e senadores. Para isto, é necessário que o Ministério Público entre com representação na Justiça.

O procurador-geral da República, Aristides Junqueira, pretendia encaminhar as representações a partir dos relatórios parciais a serem feitos por Roberto Magalhães. A CPI voltou atrás e decidiu não fazer os relatórios parciais, para também não ser acionada na Justiça, sob a acusação de parcialidade, pois apresentaria parecer antes da conclusão dos trabalhos, o que seria interpretado como discriminação.

Restou a Aristides Junqueira a nomeação de dois procuradores da República para acompanhar os trabalhos da CPI. Assim que eles tiverem dados suficientes para pedir o bloqueio dos bens, poderão basear-se em documentos da CPI. Os procuradores assistem aos depoimentos e consultam os papéis da CPI, mas por enquanto não conseguiram dados suficientes para propor a abertura da ação de confisco de bens dos suspeitos de corrupção.